

Reunião Ordinária do CNDM – 24 de setembro de 2009

Local: Sede da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/CNDM
Brasília/DF

9:00h-abertura Ministra Nilcéa Freire, Presidenta do CNDM

Expediente interno: aprovação ata reunião anterior, justificativas de ausência

Informes:

Reforma Política
Anencefalia: campanha/votação STF
Observatório Brasil de Igualdade de Gênero

Avaliação e encaminhamentos Seminário “Conselhos de Direitos e Controle Social das Políticas para Mulheres”

12:30h – intervalo para almoço

Reunião da Cepal - Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe - CEPAL/ONU

CNDM – agenda outubro/novembro/dezembro 2009

1
2 Aos cinco e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, na Sala de reuniões do Conselho
3 Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no
4 Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, reuniram-se as integrantes do
5 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) Conjuntura atual,
6 crise econômica e Orçamento SPM-2009; 2) Reforma Política; 3) Participação do CNDM nas
7 Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (29 e 30/maio/2009) e Segurança
8 Pública (27 a 30/agosto/2009);4) Apresentação Secretaria Especial de Direitos Humanos:
9 Programa Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de morte/Combate à exploração
10 sexual de meninas e adolescentes;5) Câmaras Técnicas e Coordenação Política do CNDM;6)
11 Aborto:CPI/aborto legal. Estiveram presentes as seguintes representantes governamentais:I)
12 Ministra Nilcéa Freire – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; II) Teresa Sousa –
13 Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ; III) Suplente Ivonete
14 Carvalho – Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); IV)
15 Suplente Márcia Ustra Soares - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da
16 República (SEDH) V) Helena de Carvalho Fortes – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
17 VI) Suplente Renata Leite Manuel de Jesus – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
18 VII) Suplente Mônica Aparecida Rodrigues – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate
19 à Fome (MDS); VIII) Rosiléa Maria Roldi Wille – Ministério da Educação (MEC) ; IX) Inajara
20 Inês Ferreira – Ministério da Justiça (MJ) ; X) Andréa Costa Magnavita e a Suplente Danielle
21 Cancela Cronemberger – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP); XI) Suplente
22 Daphne Rattner – Ministério da Saúde (MS); XII) Leonor da Costa e a suplente Maria de Fátima
23 Kobielski – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ; XIII) Maria Claudia Canto Cabral –
24 Ministério da Cultura (MIC); E as Conselheiras representantes da Sociedade Civil: XIV)
25 Ângela Maria de Lima Nascimento - Articulação de Ong’ s de Mulheres Negras – AMNB; XV)
26 Gloria Márcia Percinoto – Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ;
27 XVI) Gláucia de Fátima Barban Morelli – Confederação de Mulheres do Brasil – CMB; XVII)
28 Jeanete Assad Mazzeiro – Fórum de Mulheres do Mercosul; XVIII) Claudia Rejane de Barros
29 Prates - Marcha Mundial de Mulheres – MMM SOF; XIX) Vera Lúcia Ubaldino Machado –
30 Rede Econômica e Feminismo – REF; XX) Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Rede
31 Nacional Feminista de Saúde; XXI) Lucia Helena Rincon Afonso – União Brasileira de
32 Mulheres – UBM; XXII) Arlete Carminatti Zago – Federação das Associações de Mulheres de
33 Negócios e Profissionais do Brasil BPW Brasil; XXIII) Raquel Felau Guisoni – Confederação
34 Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; XXIV) Dinara de Arruda Oliveira - Ordem
35 dos Advogados do Brasil – OAB; XXV) Lucia Maria Rodrigues Pimentel – Central Geral dos
36 Trabalhadores do Brasil – CGTB; XXVI) Rita de Cássia Fraga de Almeida Zambon –
37 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE; XXVII)
38 Clara Charf – conselheira de Notório Conhecimento em questões de gênero; XXVIII) Jacqueline
39 Pitanguy - conselheira de Notório Conhecimento em questões de gênero. A reunião teve ainda a
40 participação de Odisséia Carvalho, Assessora Especial da Ministra Nilcéa. A reunião foi aberta
41 pela Ministra Nilcéa Freire, presidenta do CNDM, que, após agradecer a presença de todas
42 apresentou a pauta e as justificativas de ausência das conselheiras Albertina Costa por estar
43 participando do “Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, na
44 Universidade Federal de Santa Catarina, Estela Aquino/Abrasco, por viajar para evento no
45 exterior; Rosane Silva/CUT, Carmen Foro/Contag e Rosane Bertotti/FetraF por estarem
46 participando de reunião da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Graça
47 Costa/MAMA, por estar na reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, no
48 Marrocos, Rosimere Teles/COIAB (indígena), em função de doença na família, Marinalva

49 Santana/LBL por motivos de trabalho, Andréa Magnavita/Min Planejamento, Andréa
50 Bicalho/Min de Ciência e Tecnologia, Quenes Gonzaga/Secretaria Geral e Mariana
51 Carpanezzi/SEDH, por cumprirem agenda interna de seus Ministérios. Em seguida, a Ministra
52 Nilcéa Freire passou para o primeiro ponto da pauta, relativo à conjuntura atual de crise
53 econômica e as conseqüências relativas ao orçamento da Secretaria Especial de Políticas para
54 Mulheres. Após sua fala, passou a palavra para a Subsecretária de Planejamento da SPM, profa
55 Lourdes Bandeira, e para o Diretor de Programas Rufino Correia Santos Filho, que apresentaram
56 em detalhes o orçamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e os percentuais de
57 contingenciamento dos recursos do orçamento de ministérios e órgãos governamentais. Seguiu-
58 se um debate entre as Conselheiras, que manifestaram repúdio e descontentamento em relação ao
59 contingenciamento dos recursos para a SPM e aprovaram a nota que se segue, para ampla
60 divulgação pelas entidades da sociedade civil que compõem o CNDM: *“MANIFESTAÇÃO DO*
61 *CNDM PELA IMEDIATA RECOMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DA SECRETARIA ESPECIAL*
62 *DE POLÍTICAS PARA MULHERES-Há mais de 20 anos, o Conselho Nacional dos Direitos da*
63 *Mulher (CNDM) defende os direitos de todas as mulheres no Brasil e a implementação de*
64 *políticas públicas para as mulheres. /A criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas*
65 *para as Mulheres (SPM), diretamente vinculada à Presidência da República, é fruto do esforço*
66 *do CNDM, da luta das organizações feministas e dos movimentos de mulheres no país, e do*
67 *compromisso político do governo Lula em criar mecanismos de garantir a autonomia das*
68 *mulheres. /A SPM tem buscado cumprir com as metas do II Plano Nacional de Políticas para as*
69 *Mulheres, fruto de duas Conferências Nacionais, através de intensa articulação*
70 *intragovernamental e do estabelecimento de parcerias com governos estaduais, municipais e*
71 *organizações da sociedade civil. No entanto, tem esbarrado em obstáculos decorrentes de cortes*
72 *e/ou contingenciamentos dos recursos que lhe são destinados, o que atinge diretamente seu*
73 *fortalecimento e a conseqüente implementação de políticas públicas, restringindo desta forma o*
74 *alcance da ação do Estado brasileiro na proteção dos direitos das mulheres./A Secretaria*
75 *Especial de Políticas para as Mulheres foi duramente atingida pelo corte de mais de 60% dos*
76 *recursos que foram aprovados pela Lei de Orçamentária Anual (LOA) 2009. Os R\$*
77 *72.620.296,00 (exceto pessoal) previstos na LOA foram reduzidos a R\$28 milhões. A decisão da*
78 *área econômica contraria o anúncio feito pelo Presidente Lula, na semana do Dia Internacional*
79 *da Mulher, de transformar a SPM em ministério justamente para lhe conferir mais autonomia*
80 *financeira e política./Ainda não há como avaliar o impacto gerado sobre as políticas e ações do*
81 *II PNPM a partir dos cortes nos orçamentos dos demais ministérios. O CNDM, em sua missão*
82 *de participação e controle social, vem a público requerer das autoridades competentes a*
83 *preservação das prioridades acordadas na elaboração do IIPNPM e a divulgação transparente*
84 *das informações, de maneira que as mulheres e a sociedade brasileira possam conhecer as*
85 *decisões tomadas sobre a alocação dos recursos públicos e se posicionar sobre as*
86 *mesmas./Desta forma, o CNDM manifesta sua indignação e solicita a revisão dos cortes*
87 *realizados no Orçamento Anual da União , prioritariamente aqueles referentes aos programas e*
88 *projetos da Agenda Social, a exemplo do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra*
89 *as Mulheres - compromisso assumido pelo Governo Federal frente aos movimentos de mulheres*
90 *e toda a sociedade brasileira./O CNDM reconhece que a atual crise financeira internacional*
91 *gera incertezas e requer a reorganização de prioridades. No entanto, o Conselho defende que*
92 *mais uma vez o ônus da crise não recaia sobre as mulheres. A igualdade que perseguimos*
93 *somente se efetivará com equilíbrio de poder político entre homens e mulheres e com recursos*
94 *suficientes para a implementação de políticas públicas./As mulheres brasileiras acumulam*
95 *historicamente desvantagens e sistematicamente vem seus direitos negados. Neste momento,*
96 *deve, portanto, o orçamento da União expressar a prioridade conferida pelo governo federal*
97 *àquelas políticas que as protejam dos efeitos perversos da crise. /O Conselho Nacional dos*

98 *Direitos da Mulher manifesta sua posição pela imediata recomposição do orçamento da*
99 *Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, reivindica a célere instituição e estruturação do*
100 *ministério anunciado para as mulheres, reivindica prioridade para o financiamento das ações*
101 *do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e conclama a sociedade a se manifestar.”*
102 Além da divulgação do documento, ficou decidido que a Câmara Técnica de Monitoramento do
103 PNPM-Plano Nacional de Políticas para Mulheres faria um levantamento dos programas
104 prioritários dentro do PNPM que não podem sofrer corte no orçamento, com manifestação do
105 CNDM aos ministérios envolvidos. Em seguida, passou-se para o ponto da Reforma Política,
106 com apresentação do tema pela conselheira Raquel Guisoni, anteriormente indicada pelas demais
107 conselheiras para representar o CNDM na Frente Parlamentar pela Reforma Política com
108 Participação Popular. A Conselheira fez um relato do tema em geral e dos sete projetos de lei
109 encaminhados ao Congresso Nacional, com os principais pontos, relativos a financiamento
110 público dos partidos políticos, listas partidárias pré-ordenadas, fidelidade partidária,
111 inelegibilidade e coligações eleitorais. O informe foi complementado pela Assessora Odisséia
112 Carvalho, que informou sobre os trabalhos realizados pelo Fórum Nacional de Instâncias de
113 Mulheres dos Partidos Políticos e pela Comissão Tripartite instalada pela SPM, que conta
114 também com a participação do CNDM, destacando a importância do trabalho conjunto entre
115 estas instâncias e da divulgação de suas propostas. A partir daí, diversas conselheiras
116 apresentaram perguntas e teceram comentários sobre o tema, sobre como atrair as mulheres para
117 esta discussão e para dentro dos partidos e sobre a possibilidade de o CNDM também apresentar
118 um anteprojeto de lei. Verificou-se a necessidade de as conselheiras aprofundarem o debate a
119 respeito de alguns pontos, para que possa ser definida a posição majoritária do CNDM em
120 relação à reforma política. Devido ao adiantado da hora, foi decidido que o tema será
121 aprofundado em outras oportunidades. Após o intervalo para o almoço, a reunião passou a ser
122 conduzida pela Secretária Adjunta Teresa Sousa, que passou a palavra para a conselheira
123 Jacqueline Pitanguy, que informou a todas sobre o andamento da campanha CNDM/CEPIA-
124 Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação sobre a questão da anencefalia e o direito de a
125 mulher interromper a gravidez em casos de fetos anencefálos. A campanha envolve mídia
126 escrita, colocação de outdoors e cartazes, a ser veiculada principalmente quando da votação do
127 caso pelo Supremo Tribunal Federal, previsto para o segundo semestre deste ano. O material da
128 campanha, que será enviado a todas as entidades integrantes do CNDM, para que também
129 participem da sua divulgação, tem o texto: “Quando o parto é de um anencefalo, o resultado não
130 é uma certidão de nascimento, é um atestado de óbito. A anencefalia, ou ausência de cérebro, é
131 uma má-formação fetal e incompatível com a vida, mas as leis são reversíveis e devem ser
132 compatíveis com a dignidade humana”. Embora reconhecendo a necessidade da campanha,
133 algumas conselheiras manifestaram preocupação de que ela possa por outro lado prejudicar ou
134 arriscar a luta específica pela descriminalização do aborto. Após breve intervalo, conforme o
135 programado foi feita apresentação, pela conselheira Márcia Soares, da Secretaria Especial de
136 Direitos Humanos, sobre o Programa de Proteção à Crianças e adolescentes ameaçadas de morte,
137 por ela coordenado. A conselheira fez a apresentação e disponibilizou o material trazido para as
138 demais conselheiras, para que fosse aberto o diálogo com o CNDM e para introduzir o tema nas
139 agendas, uma vez que as meninas representam 24% de protegidas no programa. Terminada a
140 apresentação e após os comentários das conselheiras, a Secretária Adjunta Teresa Sousa passou
141 para o ponto do aborto, quando a palavra foi passada para Elizabeth Saar, da SPM, para informe
142 sobre a CPI do Aborto, sendo informado que a CPI ainda não foi instalada uma vez que os
143 nomes dos integrantes ainda não foram indicados pelos partidos políticos. Em seguida, foi
144 apresentada a proposta formulada pela Comissão composta pelas conselheiras Claudia
145 Prates/MMM, Rosa de Lourdes/RNFS, Nelita Frank/AMB e Lena Peres/MS, cujos principais
146 pontos são: *“I.CAMPANHA DO CNDM CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO E PELA A*

147 *LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL-Estratégia de abordagem:Mostrar quem são as*
148 *mulheres que fazem aborto. Produto: documento que possa ser trabalhado com mulheres de*
149 *diferentes realidades; dialogar com a experiência real e cotidiana das mulheres. com*
150 *depoimentos, dialogar com a sociedade sobre a não criminalização das mulheres; Produto:*
151 *vídeo que tenha caráter pedagógico para trabalhar nos Estados, peça publicitária para ser*
152 *exibida em shopping centers e spots de rádio. Metodologia: trazer em linguagem simples e*
153 *direta o que já temos de marco legal no Brasil e os instrumentos internacionais do qual o país é*
154 *signatário; mostrar que a proibição do aborto no Brasil é ineficaz, pois as mulheres seguem*
155 *interrompendo a gravidez na solidão, de forma insegura e precária, mas a proibição do aborto é*
156 *eficaz para por as mulheres em risco de morte; ressaltar dados do Brasil; apresentar dados dos*
157 *países onde o aborto é legal e as mulheres são atendidas pelo serviço de saúde, mostrar onde os*
158 *números caem; defender o fortalecimento do SUS; elaborar uma enquête: as mulheres devem*
159 *ser presas por colocar a sua própria vida em risco ao recorrer ao aborto inseguro?Você acha*
160 *que penalizar a mulher acaba com a prática do aborto inseguro? E se fosse a sua mãe? A sua*
161 *irmã? A sua filha? A sua tia? Se fosse o seu maior amor do mundo, você denunciaria?2-*
162 *AÇÕES- Estratégias de enfrentamento à CPI do Aborto: um documento do CNDM com*
163 *posicionamento sobre a CPI direcionada ao congresso nacional; audiência Pública no*
164 *Congresso Federal; participação do Cndm na Frente contra a criminalização das mulheres nos*
165 *Estados com ação articulada das conselheiras. Sobre o aborto legal: levantamento dos Estados*
166 *onde o serviço não está instalado; criar um Disque Denuncia da violação do direito de*
167 *atendimento na rede de saúde; carta do CNDM aos Conselhos nos estados manifestando a*
168 *posição do CNDM sobre o tema do aborto e solicitando a estes fazer ações locais.” Em seguida*
169 *à apresentação da proposta as conselheiras manifestaram-se, ficando decidido que a comissão*
170 *fará um documento sobre a CPI e que as conselheiras devem apoiar as ações da Frente em seus*
171 *estados. Em relação à possibilidade de audiência pública no Congresso Nacional, as*
172 *Conselheiras manifestaram a importância de ser feita uma avaliação a respeito do momento*
173 *conjuntural oportuno para sua realização. Foi manifestada ainda a importância de que os*
174 *documentos estejam preparados para quando o momento for adequado, em relação à CPI e ao*
175 *aborto legal, como direito já garantido e não respeitado. A conselheira-suplente do Ministério da*
176 *Saúde sugeriu ainda que, a respeito do não cumprimento do serviço de abortamento legal, as*
177 *denúncias sejam documentadas e encaminhadas para a Área Técnica de Saúde da Mulher e para*
178 *a Ouvidoria do SUS- Serviço Único de Saúde. Foi ainda aprovada a proposta de que a Comissão*
179 *do Aborto torne-se um grupo de trabalho dentro da Câmara Técnica de Monitoramento do*
180 *PNPM. Em seguida ao encerramento deste ponto de pauta, passou-se para o tema da participação*
181 *do CNDM nas Conferências Nacionais de Segurança Pública –CONSEG- e de Promoção da*
182 *Igualdade Racial – CONAPIR. Uma vez que a Conselheira indicada pelas demais para*
183 *representar o CNDM na CONSEG, conselheira Dinara Arruda/OAB, estava ausente da reunião*
184 *naquele momento, a conselheira Inajara Ferreira/Ministério da Justiça distribuiu material da*
185 *CONSEG, colocando-se à disposição para encaminhar as dúvidas das conselheiras à*
186 *Coordenação da Conferência. Em relação à CONAPIR, a Conselheira Ivonete Carvalho/SEPPIR*
187 *da mesma forma informou e distribuiu material. Em seguida passou-se ao ponto da composição*
188 *das Câmaras Técnicas e da Coordenação Política do CNDM, ficando aprovado o nome da*
189 *conselheira Graça Costa para presidir a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais,*
190 *considerando seu trabalho no tema do tráfico de mulheres nas fronteiras e no Fórum Social*
191 *Mundial, a da conselheira Inajara Ferreira/MJ para a de Orçamento e Planejamento, e o da*
192 *Conselheira Clara Charf para integrar a Coordenação Política representado as conselheiras de*
193 *Notório Conhecimento. Desta forma, considerando que segundo o artigo 3º do Regimento*
194 *Interno do CNDM, “a Coordenação Política será integrada pela Presidenta do CNDM, uma das*
195 *Conselheiras de Notório Conhecimento e as Presidentas das Câmaras Técnicas”, a Coordenação*

196 Política passa a ser composta pelas seguintes conselheiras: Ministra Nilcéa Freire, Clara Charf,
197 Lucia Rincon/CT Monitoramento PNPM, Raquel Guisoni/CT Legislação e Normas, Inajara
198 Ferreira/CT Orçamento e Planejamento e Graça Costa/CT Assuntos Internacionais. Antes do
199 encerramento da reunião, as conselheiras aprovaram carta a ser dirigida à Revista Veja,
200 posicionando-se em relação à forma desrespeitosa com que a revista referiu-se à Secretaria
201 Especial de Políticas para Mulheres em sua edição de 3 de maio: “*Nós, Conselheiras integrantes*
202 *do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, fomos surpreendidas com o teor de uma*
203 *nota veiculada na revista Veja de 3/5/2009, que trata de forma desqualificada e desrespeitosa a*
204 *iniciativa do Presidente da República em elevar as três Secretarias Especiais (de Políticas para*
205 *Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos) à categoria de*
206 *Ministérios, por considerá-las “menos relevantes”. O CNDM entende que as políticas públicas*
207 *implementadas pelas Secretarias Especiais são estruturantes da sociedade, trabalhando com*
208 *segmentos da população historicamente excluídos pelo poder público, em particular as*
209 *mulheres./ É mais que reconhecida a atuação da Secretaria Especial de Políticas para*
210 *Mulheres desde sua criação, em 2003, dando visibilidade às mulheres ao realizar duas*
211 *Conferências Nacionais e apresentando o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, do qual*
212 *destacamos a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as*
213 *Mulheres e da Lei Maria da Penha. A decisão de transformar a Secretaria Especial de Políticas*
214 *para Mulheres em Ministério demonstra o compromisso com a promoção dos direitos e*
215 *valorização das mulheres brasileiras”* Em seguida, a Secretária-Adjunta informou a todas a
216 outorga à conselheira Clara Charf da insígnia de Oficial da Ordem pelo Ministério das Relações
217 Exteriores, pelos relevantes serviços prestados ao país, o que foi festejado por todas, e deu por
218 encerrada a reunião.